

ZELADORIA MILIONÁRIA: SANTA ISABEL PAGA R\$ 2,1 MILHÕES, MAS POVO FAZ O TRABALHO (pag 3)



DESCASO: VEÍCULOS OFICIAIS ABANDONADOS EM IGARATÁ GERAM REVOLTA (pag 2)

RODOANEL: OBRA HISTÓRICA VAI LIGAR O ALTO TIETÊ AO DESENVOLVIMENTO (pag 5)



BAQUIRIVU: LUCAS SANCHES ACELERA OBRAS E ENTREGA O QUE FOI PROMETIDO (pag 6)



CONDEMAT+: DR. CAMARGO ASSUME A PRESIDÊNCIA DO CONSÓRCIO REGIONAL HOJE (pag 7)



CIDADES



**JM METRÓPOLE
EMPRESA
JORNALÍSTICA LTDA**

CNPJ: 41.707.291/0001-30

**Diretor Geral e Jornalista
Responsável**
Ary Esperidião – MTB 0085588/SP

Marketing e Relações Públicas
Victor Oliveira

Diagramação
Agência Ponte – (11) 97260-0026 –
atravessa.ponte@gmail.com

Revisão
Juliana Araujo

Tiragem: 15.000 exemplares
Distribuição: JM Metrôpole

Endereço
Av. Nossa Senhora de Fátima, 532 –
Jordanópolis
Arujá/SP – CEP 07411-210

ANUNCIE AQUI
11 92212-9587



O princípio de
que o jornalismo
deva ser ensinado
e que não é
racional deixar
que o jornalista
se forme por
si mesmo.

Antônio Gramsci
Caderno do Cárcere

ABANDONO DE VEÍCULOS OFICIAIS GERA RISCO DE DENGUE E DESPERDÍCIO DE PATRIMÔNIO

A entrada de Igaratá tornou-se palco de um cenário de descaso que preocupa moradores e frequentadores da região. Diversos veículos e máquinas oficiais estão se deteriorando no pátio do Centro Educacional desde o início da atual gestão municipal. A situação, denunciada ao Jornal Metrôpole, revela o abandono de automóveis que, sem manutenção, sofrem um processo acelerado de oxidação e danos estruturais.

O problema ganha contornos mais graves devido à localização do pátio, que fica ao lado de uma unidade escolar frequentada diariamente por crianças. Com vidros abertos e latarias danificadas, os veículos acumulam água das chuvas, transformando-se em potenciais criadouros para o mosquito Aedes aegypti, transmissor da dengue e outras doenças.

Além do risco à saúde pública, a população critica o prejuízo aos cofres



municipais. Equipamentos que poderiam atender às demandas das secretarias estão expostos ao sol e à chuva, perdendo utilidade técnica e valor de mercado. O Jornal Metrôpole questionou oficialmente a Prefeitura de Igaratá sobre o inventário desses bens e se existe algum planejamento para leilão ou recuperação das máquinas.

No entanto, a administração municipal optou pelo silêncio e não enviou nenhuma resposta aos questionamentos formulados até o fechamento desta edição. O espaço permanece aberto para que o poder executivo explique os motivos do abandono e apresente soluções para evitar o desperdício de dinheiro público e os riscos à comunidade.

Fotos: Divulgação / Leitor

GABRIEL PRIANTISE ISENTA DE RESPONSABILIDADE ENQUANTO MORADORES DE IGARATÁ SOFREM COM FALTA DE MEDICAMENTOS

A saúde pública em Igaratá atravessa um momento de incerteza e revolta. Enquanto pacientes com doenças crônicas, como diabetes e hipertensão, amargam a falta de medicamentos essenciais, a administração do prefeito Gabriel Prianti tenta se desvencilhar do problema através de comunicados oficiais que transferem a culpa integralmente ao Governo Federal.

Em nota divulgada no início de janeiro, a prefeitura alegou que o bloqueio do Programa Farmácia Popular em estabelecimentos privados é de responsabilidade exclusiva da União. No entanto, o que a gestão municipal ignora é o entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal de que a assistência à saúde é uma responsabilidade solidária entre Município, Estado e União. Juridicamente, se o programa federal falha ou apresenta interrupções, cabe à prefeitura garantir que o cidadão não fique desamparado, suprimindo a demanda através da rede própria.

A realidade nas ruas desmente o tom do comunicado oficial, que afirma que a distribuição na rede municipal segue normalmente. Denúncias enviadas ao Jornal Metrôpole, inclusive através de vídeos gravados pelo munícipe Renan Lobo, mostram farmácias credenciadas com o sistema bloqueado e relatos de prateleiras vazias nos postos de saúde da cidade. O caso de um idoso de 67 anos que não consegue obter seus remédios de uso contínuo expõe a gravidade do desabastecimento sob a atual gestão.

Outro ponto que gerou críticas foi a justificativa da prefeitura de que a falta de reposição de estoque nos postos municipais se deve ao recesso das distribuidoras de medicamentos. Para a população, a explicação evidencia uma grave falta de planejamento básico, uma vez que o período de final de ano é previsível e exige a formação de estoques de contingência para que tratamentos vitais não sejam interrompidos.

Questionada diretamente pela

nossa redação sobre quais medidas emergenciais seriam tomadas para suprir a demanda da Farmácia Popular e cumprir a responsabilidade solidária prevista na Constituição, a gestão de Gabriel Prianti optou pelo silêncio, não respondendo aos questionamentos específicos. Enquanto a prefeitura se apegava a justificativas burocráticas para explicar a inércia, os moradores de Igaratá continuam pagando a conta com a própria saúde.



Foto: Divulgação / Redes Sociais

CIDADES

SANTA ISABEL PAGA R\$ 2,1 MILHÕES POR ZELADORIA, MAS POPULAÇÃO É QUEM PRECISA PEGAR NA ENXADA

Fotos: Bruno Ultramari / SUBIDA DO NOVO EDEN



VIELA AO LADO DA CASA DO PREFEITO

A zeladoria urbana em Santa Isabel vive um contraste alarmante entre os números do Portal da Transparência e a realidade de abandono das ruas. Enquanto praças, parques e o entorno de prédios públicos estão tomados pelo mato alto e pela sujeira, a prefeitura mantém um fluxo milionário e ininterrupto de pagamentos para a empresa responsável pela manutenção. O cenário é tão crítico que moradores, cansados de esperar por providências que nunca chegam, decidiram assumir o papel do poder público e realizar o trabalho braçal por conta própria. Exemplo disso foi a mobilização de munícipes que realizaram a roçada e limpeza da área de lazer e de todo o entorno do posto de saúde da Vila Guilherme, além do escadão da Santa Casa. Na Estrada do Aralu, a cena se repetiu: moradores se uniram para garantir a manutenção da via, expondo a falha gritante da gestão municipal em cumprir com suas obrigações básicas de zeladoria.

A negligência com a manutenção urbana é tão profunda que atinge até mesmo a vizinhança imediata do chefe do Executivo. No Parque Santa Teresa, uma viela que faz

divisa de muro com a residência do prefeito e serve como importante passagem para os moradores locais está completamente tomada pelo mato alto, sem receber qualquer tipo de conservação. A falta de cuidado com uma área tão próxima à autoridade máxima da cidade ilustra o nível de abandono em que se encontra o restante do município. Uma investigação realizada pela equipe do Jornal Metrôpole revelou que essa falta de serviço não ocorre por ausência de recursos ou de contrato vigente. A prefeitura possui um vínculo ativo com a empresa Libertad Comercial e Serviços Ltda, formalizado através da Ata de Registro de Preços número 29 de 2024, com validade garantida até junho de 2026.

O contrato prevê especificamente a prestação de serviços de roçada, preservação do horto e poda de árvores em todo o município. No entanto, os dados financeiros mostram que a execução do serviço não acompanha o ritmo dos repasses financeiros. Somente no ano de 2025, a administração municipal pagou à contratada o montante total de R\$ 2.195.379,43. Os registros de empenho mostram



CURVA DA ESCOLA MACHADO

que o dinheiro público fluiu com rigorosa regularidade para a conta da empresa ao longo de todos os meses do ano. Logo em janeiro de 2025, a nota de empenho número 433 registrou um pagamento de R\$ 1.063.202,22. Outros repasses foram efetuados mensalmente, culminando em outro valor expressivo de R\$ 585 mil em novembro, através da nota de empenho número 3694.

Mesmo com esses milhões saindo dos cofres públicos para custear a limpeza da cidade, os moradores de diversos bairros continuam convivendo com o mato alto que atrai insetos e animais peçonhentos. O Jornal Metrôpole enviou questionamentos oficiais



ENTRADA DO PARQUE MUNICIPAL

à Prefeitura de Santa Isabel solicitando esclarecimentos sobre o cronograma de limpeza e os motivos da paralisação dos serviços, mas não obteve qualquer resposta até o fechamento desta edição. O silêncio da administração diante de pagamentos milionários e rigorosamente em dia deixa a população sem respostas sobre o destino do imposto pago, restando aos cidadãos o esforço físico para manter o mínimo de dignidade e segurança em seus próprios bairros. O Jornal Metrôpole preparou uma matéria completa, com documentos e fotos, que está disponível em nosso site, acesse jm-metropole.com.br e confira.

CIDADES

Foto: Arquivo Pessoal



POR DRA. VALESCA VACCARI

REFORMA TRIBUTÁRIA E O IMPACTO INVISÍVEL NO BOLSO DO CIDADÃO: O QUE MUDA EM 2026 E POR QUE VOCÊ PRECISA SE PREPARAR AGORA

A Reforma Tributária deixou de ser apenas um debate técnico entre contadores, advogados e empresários. Ela já entrou na vida real, no preço dos produtos, no custo dos serviços e, principalmente, na forma como o cidadão comum e os empreendedores precisarão se organizar financeiramente a partir de 2026.

Com a substituição gradual de tributos como ICMS, ISS, PIS e Cofins pelo novo modelo de IVA dual — CBS e IBS — o Brasil inicia uma das maiores transformações fiscais da sua história. Na teoria, o sistema se torna mais simples. Na prática, ele exige planejamento, adaptação de contratos, revisão de precificação e uma nova mentalidade de gestão. O impacto mais sensível não está apenas na alíquota. Está na forma como os impostos passam a ser apurados, compensados e fiscalizados. Empresas que não ajustarem seus sistemas, contratos e estrutura jurídica poderão enfrentar autuações, perda de créditos tributários e aumento real da carga fiscal sem sequer perceberem de onde veio o problema.

No setor imobiliário, por exemplo, os reflexos são ainda mais delicados. Incorporações, loteamentos, contratos de permuta, SPEs e

holdings patrimoniais passam a exigir uma leitura integrada entre direito, contabilidade e estratégia tributária. O que antes era tratado como uma simples “estrutura de economia fiscal” agora se torna um tema de governança, compliance e segurança patrimonial.

Para o cidadão, a mudança também é silenciosa. Serviços do dia a dia da escola ao plano de saúde, do aluguel à prestação de serviços profissionais tendem a refletir essa nova lógica tributária nos preços e nas cláusulas contratuais. Entender o que está por trás dessas mudanças é uma forma de proteção financeira e jurídica.

A grande verdade é que a Reforma Tributária não começa em 2026. Ela começa agora, no planejamento. Quem se antecipa, revisa contratos, ajusta modelos de negócio e estrutura sua vida patrimonial com orientação técnica sai na frente. Quem ignora, corre o risco de sentir o impacto apenas quando ele já estiver no extrato bancário.

Mais do que uma mudança de impostos, estamos vivendo uma mudança de cultura: a era da improvisação fiscal está chegando ao fim. E a era da gestão jurídica e tributária estratégica está apenas começando.

SANTA CASA DE SANTA ISABEL ESCLARECE PADRÕES DE ATENDIMENTO APÓS QUEIXAS SOBRE ALIMENTAÇÃO E ESTRUTURA

O Jornal Metrôpole recebeu recentemente queixas de pacientes e acompanhantes sobre a assistência prestada na Santa Casa de Misericórdia de Santa Isabel. Os relatos focavam na qualidade da alimentação, no desconforto térmico das enfermarias e na temperatura da água. Diante disso, nossa reportagem averiguou os fatos junto à administração da entidade, que apresentou esclarecimentos e protocolos internos seguidos pela instituição.

Em relação à alimentação, a Santa Casa informou que todas as refeições seguem protocolos de nutrição hospitalar. As dietas são supervisionadas por especialistas, atendendo às necessidades clínicas individuais de cada paciente. A instituição explicou que as dietas podem ter caráter restritivo ou pastoso por razões de segurança médica, o que as diferencia de uma alimentação comum. O hospital possui serviço próprio de nutrição, alinhado à RDC 216/2004 da Anvisa, garantindo higiene e controle de temperatura. O nutricionista Dr. João Henrique Caraça reforçou que a dieta é parte do tratamento terapêutico. Refeições para acompanhantes

são oferecidas como cortesia no refeitório, seguindo horários organizados para segurança alimentar.

Quanto ao calor nos quartos, a Santa Casa explicou que as janelas garantem ventilação natural, mas o uso de ventiladores é proibido por normas sanitárias para evitar a dispersão de microrganismos. Para resolver a questão, o hospital informou que está em processo de reformas para instalar sistemas de ar-condicionado onde for permitido pela Vigilância Sanitária. Sobre o aquecimento da água, a administração esclareceu que os chuveiros possuem controle manual e que os banhos podem ser assistidos pela equipe de enfermagem para ajustes de temperatura sempre que solicitado.

Sobre a exigência de assinaturas para as refeições, a Santa Casa justificou que a medida é um controle interno para o planejamento da produção, visando evitar desperdícios e garantir que o benefício seja usado por acompanhantes autorizados. A instituição reafirmou o compromisso com a humanização do atendimento e a transparência com a população isabelense.



Foto: Bruno Ultramari

SUA EMPRESA PODE APARECER AQUI


Jornal metrôpole

(11) 92212-9587

CIDADES

ANÚNCIO DE OBRA HISTÓRICA NO ALTO TIETÊ QUE GARANTE ACESSO AO RODOANEL E IMPULSIONA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL



Fotos: Divulgação

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, deputado André do Prado, participou, nesta quinta-feira (15), do anúncio do início das obras do Complexo Viário do Alto Tietê – Trecho Leste do Rodoanel Mário Covas (SP-021), ao lado do governador Tarcísio de Freitas, do deputado federal Marcio Alvino, prefeitos e lideranças regionais.

A obra representa uma conquista histórica, fruto de anos de articulação e diálogo permanente entre o legislativo e o Governo do Estado. Desde as discussões iniciais, André do Prado atuou de forma decisiva na defesa do projeto junto aos órgãos técnicos, reforçando a importância estratégica do acesso ao Rodoanel para o desenvolvimento regional.

O governador Tarcísio de Freitas destacou que a obra só se tornou

realidade graças à atuação firme do parlamentar paulista. “Essa obra acontece porque o Alto Tietê tem uma liderança forte na Assembleia Legislativa. O André do Prado acompanhou esse projeto desde o início, cobrou, articulou e nunca deixou essa pauta sair da mesa. Quando existe um deputado comprometido, os investimentos chegam”, afirmou o governador.

Para o deputado André do Prado, o início das intervenções simboliza a resposta a uma demanda histórica da população. “Essa obra é o resultado do trabalho sério e da união em favor da população. O Alto Tietê esperou por esse acesso durante muitos anos, e hoje damos um passo definitivo para garantir mais mobilidade, desenvolvimento econômico e qualidade de vida para quem vive e trabalha na região”, destacou.

Com investimento de R\$ 1,2 bilhão, o Complexo Viário contempla novas alças de acesso, viadutos, pistas marginais, passarelas e ciclovias em Suzano e Poá. As obras devem gerar cerca de 3 mil empregos e beneficiar 1,6 milhão de moradores, reduzindo gargalos históricos. O deputado federal Marcio Alvino também ressaltou o impacto logístico. “É uma vitória da região, fruto do trabalho conjunto entre prefeitos e parlamentares para atrair investimentos e fortalecer a economia”, afirmou.

Além de melhorar a mobilidade urbana, o novo complexo promove economia média de 30 minutos nos deslocamentos, fortalecendo a ligação do Alto Tietê com o Porto de Santos e principais rodovias. As intervenções integram o programa SP Pra Toda Obra, o maior da história do Estado.

Durante a agenda, também foi destacado o início das obras dos novos acessos de Itaquaquecetuba ao Rodoanel e à Rodovia Ayrton Senna, com investimento de R\$ 91 milhões. As intervenções nos quilômetros 36 e 38 da Ayrton Senna atendem a uma demanda que o deputado André do Prado trabalhou ao lado do prefeito Delegado Eduardo Boigues. O projeto contempla viaduto e via marginal ligando o Jardim Itapuã à Ayrton Senna (sentido Capital); nova alça de acesso ao Jardim Novo Horizonte (sentido Mogi das Cruzes) e alça de acesso do Rodoanel para a saída 35. “Meu agradecimento ao governador Tarcísio de Freitas, ao secretário Rafael Benini e ao diretor da Artesp, André Isper, pelo trabalho técnico e compromisso em tirar grandes projetos do papel”, concluiu o deputado estadual André do Prado.



CIDADES

BAQUIRIVU: LUCAS SANCHES ENTREGA O QUE GUTI PROMETEU

Guarulhos sofre com enchentes há décadas e, com as mudanças climáticas dos últimos anos, o problema se agravou, trazendo muitos transtornos e prejuízos aos moradores da cidade.

O rio Baquirivu, que atravessa parte importante da cidade, inclusive passando às margens da rodovia Hélio Smidt, acesso ao Aeroporto Internacional, sempre causou enchentes em vários pontos por onde passa na cidade.

A partir de 2020, foram iniciadas obras estruturais no leito e nas margens do rio para solucionar esse grave problema.

A gestão do ex-prefeito Guti recebeu investimentos de cerca de R\$ 500 milhões do CAF (Corporação Andina de Fomento), com aval do Senado Federal, além de R\$ 109 milhões do Governo do Estado de São Paulo, mas não conseguiu entregar o que foi prometido e as obras ficaram paralisadas até o final da gestão de Guti, não atendendo às necessidades da população de Guarulhos, que continuou sofrendo com

as enchentes.

A partir de 2025, com a mudança de gestão, as atenções voltaram para esse grave problema e comissões foram instauradas na Câmara dos Vereadores para fomentar o debate e retomar as obras no rio Baquirivu.

Com o esforço da gestão Lucas Sanches e dos parlamentares da cidade, as obras de macrodrenagem e combate às enchentes foram retomadas em ritmo acelerado durante o ano de 2025. Neste período de chuvas do início de 2026, os resultados desta grande obra já podem ser vistos. Pontos que antes eram atingidos por enchentes, hoje não alagam mais, permitindo um grande bem-estar à população que vive e às pessoas que circulam nestas regiões.

As obras continuam e o avanço em infraestrutura em Guarulhos também.

O Programa de Macrodrenagem e Controle de Cheias do Rio Baquirivu-Guaçu combate às enchentes mediante a ampliação da calha do afluente, a construção de reservatórios e a



Foto: Divulgação

recuperação de áreas de várzea com implantação de arborização e ilhas de lazer e esporte, proporcionando maior qualidade de vida a todos da região.

Entre as melhorias, estão a construção de ciclovia e pista de corrida, revitalização

de vias urbanas, ampliação dos corredores viários de acesso ao Aeroporto Internacional de Guarulhos e a adequação do corredor viário e de ônibus da Rua Jamil João Zarif e da Avenida Natália Zarif, entre outras.

PROCON ORIENTA PAIS SOBRE DIREITOS NA COMPRA DE MATERIAL ESCOLAR

Foto: Chaline Kerchner



Com a proximidade do início do ano letivo de 2026, os órgãos de proteção ao consumidor da região emitiram um alerta fundamental para orientar pais e responsáveis sobre os direitos na hora de adquirir o material escolar. O objetivo é evitar que as famílias arquem com custos

indevidos ou sofram abusos por parte das instituições de ensino. Entre as principais orientações, o Procon destaca que as escolas são estritamente proibidas de exigir itens de uso coletivo nas listas de materiais.

Segundo a legislação vigente,

produtos como papel higiênico, copos descartáveis, material de limpeza, sabonete e grandes quantidades de papel de impressão não podem ser solicitados aos alunos. A justificativa é que esses insumos são de responsabilidade exclusiva da unidade escolar, devendo o custo estar obrigatoriamente incluído no valor das mensalidades ou da anuidade. A exigência desses materiais configura prática abusiva, uma vez que o aluno não utiliza tais itens individualmente para o seu aprendizado pedagógico.

Outro ponto de atenção é a liberdade de escolha do consumidor. O Procon reforça que as escolas não podem obrigar os pais a comprarem materiais ou uniformes em estabelecimentos específicos ou em lojas próprias da instituição. Essa prática é permitida apenas em casos excepcionais, como para materiais didáticos exclusivos da escola ou livros de autoria própria. Fora essas situações, os pais têm o direito de realizar pesquisas de preço

e escolher o local que ofereça as melhores condições de pagamento.

Para economizar, a recomendação dos especialistas é realizar uma triagem nos materiais do ano anterior. Itens como tesouras, régua, estojo e mochilas que estejam em bom estado de conservação podem e devem ser reutilizados. Além disso, a compra coletiva entre grupos de pais costuma ser uma estratégia eficiente para conseguir descontos maiores junto às papelarias e fornecedores.

Caso o consumidor identifique alguma irregularidade ou se sinta pressionado a cumprir exigências que contrariem essas normas, a primeira orientação é buscar o diálogo com a direção da escola para solicitar a revisão da lista. Se o impasse persistir, o responsável deve procurar o posto do Procon em sua cidade ou registrar a reclamação nos canais digitais do órgão para garantir o cumprimento de seus direitos e evitar prejuízos financeiros neste início de ano.

FORTALECIMENTO DO DIÁLOGO COM O ESTADO E INTEGRAÇÃO REGIONAL MARCAM INÍCIO DA NOVA GESTÃO DO CONDEMAT+

Foto: Divulgação/CONDEMAT+



Com foco na ampliação das políticas públicas inclusivas, no fortalecimento do diálogo com o Governo do Estado e na integração regional, teve início a gestão 2026 do Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê e Região (CONDEMAT+). A cerimônia de posse da nova Diretoria e do Conselho Fiscal foi realizada nesta quinta-feira (15/01), em Mogi das Cruzes, e marcou a posse do prefeito de Arujá, Luis Camargo, como novo presidente da entidade.

Entre as prioridades anunciadas pela nova presidência estão a criação da Câmara Técnica de Políticas Públicas

para a Pessoa com Deficiência (PCD), reforçando o compromisso do consórcio com a inclusão e a equidade, e os avanços nas tratativas com o Governo do Estado para a regionalização da Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde (CROSS), iniciativa que busca ampliar o acesso, a eficiência e a integração do atendimento em saúde nos municípios consorciados.

A solenidade foi prestigiada pelo governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, cuja presença simbolizou o estreitamento dos laços institucionais entre o CONDEMAT+ e o Governo do Estado, além de reforçar a

relevância política e administrativa do consórcio no cenário regional e estadual. Esta é a primeira vez que Luis Camargo assume a presidência do CONDEMAT+. Anteriormente, o prefeito ocupou a liderança do Conselho Fiscal, participando ativamente da governança e do acompanhamento das ações regionais do consórcio, até então presidido pelo prefeito de Itaquaquecetuba, Eduardo Boigues, em 2025.

A Diretoria eleita para a gestão 2026 é composta pelos prefeitos Pedro Ishi (Suzano), na vice-presidência; Saulo Souza (Poá) e Rodolfo Marcondes (Salesópolis), como 1º e 2º tesoureiro, respectivamente; e Priscila Gambale (Ferraz de Vasconcelos), como secretária. Já o Conselho Fiscal será presidido por Carlos Chinchilla (Santa Isabel) e terá como membros Gabriel Prianti (Igaratá); Walid Ali Hamid, o Aladim (Mairiporã); Mara Bertaiolli (Mogi das Cruzes) e Adriano Levorin (Santa Branca).

Em sua fala, o novo presidente destacou a relevância do cargo, o papel estratégico do CONDEMAT+ e o compromisso com uma gestão voltada ao planejamento, à inclusão e à entrega de resultados concretos à população regional.

“Assumir a presidência é uma grande responsabilidade e, acima de tudo,

um compromisso com a integração regional, o planejamento e a entrega de resultados para a população. A presença do governador Tarcísio de Freitas e de grandes autoridades do Estado nesta cerimônia traduz a relevância, a força e a grandiosidade do nosso consórcio, que hoje é referência na articulação regional”, afirmou Luis Camargo.

Por sua vez, Tarcísio de Freitas enalteceu a atuação do consórcio. “O CONDEMAT+ é um dos consórcios mais maduros de São Paulo, com muitos serviços regionais e já atuando nas compras compartilhadas. E eu posso dizer que vai avançar ainda mais porque o Estado vai querer trabalhar com o consórcio desta região tão importante para São Paulo”, disse o governador.

A cerimônia contou com a presença dos prefeitos e representantes dos 14 municípios do consórcio; do conselheiro-corregedor do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), Marco Bertaiolli; do deputado estadual Marcos Damásio; do deputado federal Saulo Pedroso; dos secretários estaduais Marcos da Costa (Direitos da Pessoa com Deficiência) e Gilberto Kassab (Governo e Relações Institucionais), além do presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), André do Prado.

DELEGADA ALERTA PARA CASOS DE ABUSO E IMPORTUNAÇÃO SEXUAL NO VERÃO

O aumento da circulação de pessoas em áreas de lazer, praias e eventos sociais durante o período de verão acende um alerta das autoridades de segurança pública para crimes contra a dignidade sexual. A Polícia Civil reforçou as orientações sobre a diferença entre as condutas e a importância de denunciar agressores imediatamente para garantir a punição e evitar novas vítimas.

Um dos pontos centrais do alerta é o crime de importunação sexual, definido pela Lei 13.718/2018. Este crime consiste na prática de ato libidinoso contra alguém sem a sua anuência, com o objetivo de satisfazer o próprio desejo ou o de

terceiros. Exemplos comuns e que configuram o crime incluem toques indesejados, passadas de mão ou beijos forçados em ambientes públicos ou privados. A pena para quem comete este delito varia de um a cinco anos de reclusão.

As autoridades destacam que o crime de importunação difere do estupro, que envolve o uso de violência ou grave ameaça para forçar o ato sexual. Independentemente da graduação da violência, a orientação é que a vítima nunca se cale. A campanha Não é Não tem sido amplamente divulgada para conscientizar a população de que o respeito à vontade da mulher é

inegociável, independentemente das roupas utilizadas, do local ou do consumo de bebidas alcoólicas.

Em casos de ocorrência, a orientação é buscar ajuda imediata de policiais militares, guardas municipais ou até mesmo de seguranças dos estabelecimentos. O registro pode ser feito em qualquer delegacia de polícia ou por meio da Delegacia Eletrônica. Quando o flagrante é possível, a Polícia Militar deve ser acionada pelo telefone 190. O apoio de testemunhas e a preservação de imagens de câmeras de segurança também são fundamentais para a instrução do inquérito policial e a condenação dos envolvidos.



CIDADES

FAMÍLIA DE SANTA ISABEL DENUNCIA DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO VITAL

Uma família moradora do bairro Jardim Eldorado, em Santa Isabel, enfrenta uma batalha contra o tempo e a burocracia para garantir a sobrevivência de uma criança com quadro clínico gravíssimo. A paciente, que sofre de microcefalia, hidrocefalia e síndrome convulsiva, depende totalmente de suporte tecnológico para respirar e se alimentar, utilizando traqueostomia e gastrostomia. Mesmo com uma decisão judicial favorável expedida no final do ano passado, a prefeitura e o governo estadual não entregaram o aparato completo necessário para a manutenção da vida da menor em regime domiciliar. De acordo com o processo de número 1000466-50.2025.8.26.0535, a Justiça determinou, no dia 25 de dezembro de 2025, que a Prefeitura de Santa Isabel e o Estado de São Paulo fornecessem o suporte de home care em sua totalidade. A ordem judicial previa a entrega imediata de um aparelho de suporte respiratório equipado obrigatoriamente com base aquecida, umidificador e bateria externa de segurança. No entanto, a denúncia aponta que a administração municipal realizou apenas uma entrega parcial, enviando o equipamento sem os componentes que evitam o ressecamento das vias aéreas e a formação de secreções que podem causar asfixia.

A situação é agravada pela infraestrutura do bairro Jardim Eldorado, onde as quedas de energia são frequentes. Sem a bateria externa ou nobreak com autonomia adequada, qualquer interrupção no fornecimento de

eletricidade coloca a criança em risco imediato de morte. Diante do que foi classificado como um descumprimento simulado da ordem, a justiça estabeleceu uma multa diária de 300 reais e advertiu sobre a possível responsabilização pessoal dos gestores públicos envolvidos, dado o risco concreto à vida da paciente.

Somado à falta de equipamentos, a família relata dificuldades no Hospital Luzia de Pinho Melo, em Mogi das Cruzes, unidade de referência onde a criança é acompanhada. Para a continuidade do tratamento e recebimento de insumos, é necessária a atualização periódica do relatório médico, mas o hospital exige que o agendamento da consulta seja feito exclusivamente de forma presencial. A mãe da paciente, que exerce cuidados integrais 24 horas por dia e não possui recursos financeiros para o deslocamento frequente, está impossibilitada de comparecer à unidade apenas para cumprir o trâmite de marcação.

O Jornal Metrópole enviou questionamentos oficiais à Prefeitura de Santa Isabel e à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo para solicitar esclarecimentos sobre a entrega incompleta e cobrar uma solução para o impasse no agendamento hospitalar. Até o fechamento desta edição, nenhum dos órgãos enviou resposta aos questionamentos formulados. O silêncio das autoridades persiste enquanto a multa judicial se acumula e a família segue em vigília constante para garantir a estabilidade clínica da criança.



Foto: Bruno Ultramari



Equipamento não atende necessidade da criança

RADAR DA ESTRADA DO MONTE NEGRO AINDA NÃO ESTÁ MULTANDO



A instalação de um novo radar de fiscalização eletrônica na Estrada do Monte Negro, em Santa Isabel, tem gerado dúvidas e preocupação entre motoristas que utilizam a via. O equipamento estabelece limite de velocidade de 30 km/h, o que levantou questionamentos sobre o início imediato da aplicação de multas. Em resposta, a Prefeitura esclareceu que o radar ainda não está operando para fins de autuação, encontrando-se em fase técnica de configuração e testes.

De acordo com a administração

municipal, o funcionamento punitivo do equipamento depende do cumprimento de etapas obrigatórias, como a realização de estudos técnicos de trânsito e a aferição oficial por órgãos competentes. Esses procedimentos são necessários para garantir a confiabilidade das medições. Somente após a conclusão e homologação dessas fases o sistema poderá emitir notificações de infração. Enquanto isso, as placas de sinalização indicando o limite de 30 km/h têm caráter educativo. A Prefeitura informa que, neste momento, a intenção é orientar

os condutores e estimular a redução da velocidade no trecho, contribuindo para a segurança viária. O limite estabelecido leva em consideração fatores técnicos como fluxo de pedestres, características da pista e histórico de ocorrências.

O Jornal Metrópole seguirá acompanhando o cronograma de ativação do radar e as explicações da Secretaria de Trânsito. A orientação aos motoristas é respeitar a sinalização existente e se adaptar às mudanças, priorizando a segurança.